



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

OTACIANA DA SILVA ROMÃO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO
SÃO FRANCISCO III – SOLÂNEA/PB**

**GUARABIRA – PB
2014**

OTACIANA DA SILVA ROMÃO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO
SÃO FRANCISCO III – SOLÂNEA/PB**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares e elemento obrigatório para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

**GUARABIRA – PB
2014**

R758e Romão, Otaciana da Silva
A Educação do Campo e as Práticas Pedagógicas nas Escolas
do Assentamento São Francisco III - Solânea/Pb [manuscrito] : /
Otaciana da Silva Romão. - 2014.
63 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ma.Leandro Paiva do Monte Rodrigues,
Departamento de GEOGRAFIA".

1. Educação. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Escola no campo I.
Título.

21. ed. CDD 370.1

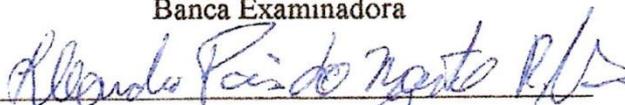
OTACIANA DA SILVA ROMÃO

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III –
SOLÂNEA/PB**

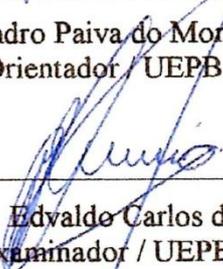
Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares e elemento obrigatório para a obtenção do título de especialista.

Aprovada em 17 / 05 / 2014

Banca Examinadora



Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Orientador / UEPB



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima
Examinador / UEPB



Prof.^a Dr.^a Luciene Vieira de Arruda
Examinador / UEPB

Dedico este trabalho aos meus filhos Vinícius, Tiago Emanuel e Filipe Antônio pessoas pelas quais sinto o verdadeiro amor. A todos os meus amigos e em especial aqueles que depositaram em mim total respeito e credibilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado sabedoria e perseverança, por ser a minha fortaleza em todos os momentos. Por isso tenho a maior segurança em afirmar que a sua presença é indiscutível e fundamental em toda em todos os momentos da minha vida.

Ao meu esposo Herivelto Farias Rocha pelo apoio incondicional. Reconheço que ações de apoio e credibilidade em meu potencial foram por ele demonstradas a todo o instante.

Ficará aqui registrado o mais profundo agradecimento ao corpo docente das escolas municipais de ensino fundamental Francisco Pedro da Silva, Santiago Chianca e Francisco Pinto no município de Solânea, as quais contribuíram grandiosamente com a elaboração qualitativa do presente trabalho.

Foi com imensa satisfação e prazer que escolhi como orientador o professor Leandro Paiva do Monte Rodrigues, com o propósito de levar a termo o presente trabalho, portanto, quero retribuir-lhe ao aceite com um infinito muito obrigado.

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise das práticas pedagógicas direcionadas às escolas do campo, visando verificar se as mesmas correspondem à realidade histórica e pedagógica das comunidades do assentamento de reforma agrária São Francisco III, no município de Solânea/PB, vindo a confirmar se a relação recíproca entre sujeito do campo e as práticas pedagógicas atendem às necessidades do cotidiano para a vida no campo. Sob uma análise qualitativa e tendo como referência as bases legais que estruturam a política para a educação do campo bem como a sua inserção na agenda política educacional, tem-se o propósito de apresentar alguns resultados. Através de uma análise didática e metodológica, verificou-se que as práticas desenvolvidas nas escolas que, mesmo externas ao assentamento, atendem aos alunos daquela localidade, distanciam-se em alguns pontos de tudo o que é proposto pelas políticas públicas da educação do campo. No entanto, verifica-se um grande esforço por parte dos educadores no que diz respeito aos incentivos e melhorias nas condições didáticas e metodológicas das suas práticas pedagógicas. Deparamo-nos com escolas cuja infraestrutura é precária, sem acesso à biblioteca, utilização restrita ao meio tecnológico e material didático deficiente, caracterizando assim, fatores que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, conclui-se que, mesmo diante de tantas dificuldades, os professores estão constantemente buscando práticas educativas inovadoras, direcionando-as à realidade do assentamento e ao cotidiano dos alunos.

PALAVRAS – CHAVE: Educação. Escola. Campo. Assentamento

ABSTRACT

This study aims to analyze the pedagogical practices aimed rural schools to verify whether these correspond to the historical and pedagogical reality of communities agrarian reform settlement III San Francisco, the city of Solapur, come to confirm the relationship reciprocal of the field between subject and pedagogical practices meet the needs of everyday life for the country life. From a qualitative analysis and by reference to the legal bases that structure the policy for rural education and its place in the educational policy agenda, it has the purpose of presenting some results. Through a didactic and methodological analysis, it was found that the practices developed in schools even outside the settlement cater to students of that locality, distance themselves in some points of what is proposed by the Public Policy of field education. However, there is a great effort on the part of educators with regard to incentives and improvements in didactic and methodological conditions of their teaching practices. We come across schools whose infrastructure is poor, without access to the library, restricted to the middle and poor technological courseware use, thus characterizing factors that directly interfere in the teaching- learning process. However, it is concluded that even in the face of so many difficulties, the teachers are constantly seeking innovative educational practices directing the reality of the settlement and the daily life of students.

WORDS - KEY : Education . School. Field. Settlement

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 1	– Caracterização do assentamento São Francisco III, Solânea/PB -----	31
FOTO 2	– Caracterização do assentamento São Francisco III, Solânea/PB -----	31
FOTO 3	– Cisterna para captação de água assentamento São Francisco III, Solânea/PB.----	32
FOTO 4	– Reservatório de água natural no Assentamento São Francisco III, Solânea/PB -	32
FOTO 5	– Cultivo de milho e feijão, Assentamento São Francisco III, Solânea/PB -----	32
FOTO 6	– Cultivo de inhame, Assentamento São Francisco III, Solânea/PB -----	32
FOTO 7	– Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Pinto, Solânea/PB-----	34
FOTO 8	– Escola municipal de Ensino Fundamental Francisco Pinto, Solânea/PB -----	34
FOTO 9	– Escola Municipal Francisco Pedro da Silva, Solânea/PB -----	34
FOTO 10	– Escola Municipal Santiago Chianca, Solânea/ PB-----	34
FOTO 11	– Estrutura interna da Escola Francisco Pedro da Silva, Solânea/PB-----	38
FOTO 12	– Estrutura interna da Escola Francisco Pedro da Silva, Solânea/PB-----	38
FOTO 13	– Estrutura interna da Escola Santiago Chianca-----	39
FOTO 14	– Estrutura interna da Escola Santiago Chianca-----	39
FOTO 15	– Galpão interno ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB.-----	42
FOTO 16	– Materiais didáticos da escola Francisco Pedro da Silva, Solânea/PB.-----	56
FOTO 17	– Materiais didáticos da escola Santiago Chianca, Solânea/PB.-----	56

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – Planejamento pedagógico das escolas que atendem as comunidades do assentamento de reforma agrária São Francisco III, Solânea/PB ----- 48
- GRÁFICO 2** – Seleção dos conteúdos a serem aplicados nas escolas do campo em Solânea/PB----- 49
- GRÁFICO 3** – Metodologia de ensino aplicada às escolas do campo, Solânea/PB ----- 51

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização do assentamento São Francisco III, Municípios de Solânea/PB e Casserengue/PB. -----29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
PRONERA	Programa Nacional na Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EJA	Educação de jovens e Adultos
PROCAMP	Programa de apoio à formação superior em licenciatura em educação do campo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPC	Projeto Pedagógico Curricular
CCHSA	Centro de Ciências Sociais e Agrárias
DCSA	Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	17
3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE O ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III	27
3.1 Resgates Históricos e Caracterização do Assentamento São Francisco III	27
3.2 Caracterizações das Esc. do Campo que atendem ao assentamento São Francisco III	33
3.3 Fatores Interferentes nas Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo-assentamento São Francisco III	35
3.3.1 Localização das unidades escolares do campo	36
3.3.2 Infraestrutura das escolas do campo	38
3.3.3 Materiais didáticos que atendem a realidade local e a diversidade das populações do campo	40
3.3.4 Níveis de ensino oferecidos pelas escolas do campo	41
3.3.5 Calendário Escolar e o Ciclo Agrícola	43
4 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO QUE ATENDEM AO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III	44
4.1 Informações Pessoais e de Formação dos Professores	45
4.2 Informações Pedagógicas	47
4.2.1 Planejamento Pedagógico	47
4.2.2 Seleção dos Conteúdos	49
4.2.3 Metodologia de Ensino	50
4.2.4 Projetos escolares	52
4.3 Informações Gerais da Educação do Campo no Município de Solânea/PB	53

5 CONCLUSÃO	-----57
REFERÊNCIAS	-----58
APÊNDICES	-----60
APÊNDICES A - Informações Pessoais e de Formação dos Professores	-----61
APÊNDICES B – Informações gerais da Educação do Campo em Solânea	-----63

1 INTRODUÇÃO

Analisando os processos educativos em sua complexidade, podemos destacar a educação do campo como sendo um dos elementos fundamentais contidos em um grande conjunto de informações e ideias voltadas para o desenvolvimento das populações rurais. Estruturada em uma política educacional bem organizada, a educação do campo destina-se a qualificar os indivíduos nela inseridos.

O presente trabalho concentra seus estudos no município de Solânea situado na mesorregião do agreste paraibano. Está estruturado em capítulos que versam sobre educação do campo e as práticas pedagógicas; fatores que podem interferir nas práticas pedagógicas das escolas do campo e por fim especifica as práticas pedagógicas das escolas do campo que atendem ao assentamento São Francisco III, contextualiza importantes características e especificidades da prática pedagógica em espaços rurais através de uma análise qualitativa da educação do campo e sua inserção na agenda política educacional.

Com o propósito de estudar as práticas pedagógicas das escolas que atendem especificamente a comunidade do assentamento São Francisco III, o objetivo desse trabalho é analisar as referidas práticas desenvolvidas pelos professores atuantes nessa área, visando verificar em seus anseios, se as mesmas correspondem à realidade histórica, científica e pedagógica das escolas localizadas em espaços rurais, tomando-se por bases legais Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 e dando ênfase as características e peculiaridades do assentamento São Francisco III.

Visando o bom desenvolver desse trabalho, partimos da análise de inúmeros conceitos e bases legais que definem as formas de organização e execução da educação do campo.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea (STRS), Secretaria Municipal de Educação (SME) e as escolas que atendem às comunidades do assentamento São Francisco III. Juntamente ao STRS levantaram-se dados inerentes às características estruturais do assentamento em estudo. Na SME obtiveram-se informações referentes ao funcionamento didático e metodológico das aulas, condições ambientais de trabalho por parte dos professores e incentivos ao aperfeiçoamento docente através de cursos de formação continuada para atuação nas escolas do campo.

A pesquisa de campo foi efetivada mediante a realização de entrevistas de caráter informal com duas lideranças, sendo uma do assentamento o senhor José Luiz, um dos fundadores do assentamento São Francisco III e outra com o presidente do STRS Josenildo Costa. As entrevistas de natureza qualitativa foram efetuadas junto aos professores e a diretora das escolas municipais, Francisco Pedro da Silva, Santiago Chianca e a escola Professor Francisco Pinto todas de ensino fundamental as quais atendem ao assentamento São Francisco III. Recorremos ainda, aos representantes da Secretaria Municipal de Educação. Foram entrevistadas dez professoras, uma diretora, a supervisora municipal de educação do campo e o secretário de educação e cultura da cidade de Solânea.

O objetivo das entrevistas realizadas com o secretário de educação e a supervisora em educação do campo foram obter de forma precisa todas as informações acerca da aplicação e cumprimento das especificidades legais expressas pelas políticas públicas que definem a educação do campo. No que se refere ao corpo docente e a direção das escolas citadas anteriormente, nosso propósito foi analisar a atuação didática e metodológica dos professores visando a contextualização dos planejamentos de aula com conteúdos voltados

para a realidade das comunidades rurais e em específico para os alunos pertencentes ao assentamento São Francisco III.

Na perspectiva de determinar as condições pedagógicas que favorecessem a realidade educacional dos alunos daquela localidade, o estudo utilizou os seguintes critérios: (a) A localização das escolas em relação ao assentamento; (b) As dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores no que se refere à infraestrutura das escolas; (c) Apoio didático e metodológico por parte da secretaria municipal de educação com uma política voltada para a educação do campo; (d) atuação dos professores em cursos de formação continuada visando o aperfeiçoamento para a atuação docente nas comunidades rurais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se os seguintes procedimentos e técnicas de pesquisas:

a) escolha do tema de pesquisa. A escolha aconteceu a partir do reconhecimento da grande importância que a educação do campo representa para os processos educativos e de formação das populações rurais bem como pela necessidade de confirmar se as relações recíprocas entre os sujeitos do campo e as práticas pedagógicas atendem as necessidades do cotidiano para a vida no campo, direcionada a comunidade da área objeto de estudo desse trabalho, uma vez que consideramos de suma importância entender e acompanhar os grandes avanços e ao mesmo tempo verificar as consideráveis falhas dessa modalidade de ensino.

b) escolha do objeto de pesquisa. A escolha do Assentamento São Francisco III, como a área objeto de pesquisa, deve-se tanto a sua importância histórica quanto a expressiva abrangência social, política e cultural que o mesmo representa para as comunidades do campo, especialmente aquelas situadas nos assentamentos da reforma agrária daquela região.

c) levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico foi caracterizado por leituras de obras, artigos e revistas, resultando em um banco de dados contextualizando a temática trabalhada. As consultas foram realizadas na biblioteca da Universidade Estadual da

Paraíba (*Campus III*), Coletânea de textos didáticos do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, em sites de grupos de pesquisas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entres outros. O levantamento bibliográfico constituiu elemento de suma importância, dando um suporte teórico-metodológico proporcionando o reconhecimento sobre todos os aspectos do objeto de estudo.

d) Pesquisa de campo. A pesquisa de campo compreendeu as seguintes etapas:

a) Etapa de reconhecimento da área objeto de estudo. O reconhecimento do Assentamento São Francisco III foi feito através de sucessivas visitas tanto ao assentamento quanto as escolas do campo que concentram o objeto de estudo do presente trabalho, com posteriores aplicações de entrevistas e questionários aplicados ao corpo docente das referidas escolas incluindo a direção e integrantes da Secretaria de Educação do Município de Solânea.

É importante ressaltar que o reconhecimento da área objeto de estudo fez-se necessário para resgatar os aspectos históricos e culturais do assentamento bem como a diversidade vivida por cada um dos seus integrantes.

b) Fez parte ainda da pesquisa de campo uma cobertura fotográfica incluindo as escolas envolvidas, o assentamento em estudo e profissionais da área envolvidos nas pesquisas. A cobertura fotográfica foi necessária para melhor compreensão dos aspectos físicos e constitucionais da área pesquisada. A observação do ambiente e anotações sistemáticas constituíram os elementos finais das pesquisas.

A pesquisa aqui apresentada ficou estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo realiza-se uma rápida introdução do tema e mostramos os caminhos metodológicos para a construção da pesquisa. No segundo capítulo, faz-se um resgate histórico da educação do campo e a sua relação com o presente, principalmente com os marcos legais estabelecidos. No terceiro capítulo estuda-se a formação do Assentamento São Francisco III e as escolas que atendem o alunado deste. No capítulo quatro demonstra as práticas pedagógicas utilizadas no ensino. O capítulo cinco é a conclusão da pesquisa.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Mediante a grande importância que a educação do campo representa para o desenvolvimento dos indivíduos nela inseridos e para todos aqueles que, de forma direta ou indireta, dependem do campo para sobreviver, tem-se presenciado nas mesmas proporções uma crescente imposição por parte das políticas educacionais do nosso país no sentido de oferecer maiores condições de desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das mudanças dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao tempo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação (SOUZA, 2012, p.55 -56).

Grandes foram os movimentos sociais e interferências das organizações civis em prol da educação básica no Brasil. E como resultado de tantas lutas, a educação do campo ganha espaços relevantes, no cenário educacional brasileiro, sua importância é expressa de forma justa e bem estruturada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96.

A partir da década de 1990 em diante foi se criando aos poucos grupos de reflexão acerca da problemática da escola rural, da escola do campo e no campo. Sabe-se que desde os anos de 1990, com a educação popular, tiveram-se alguns avanços na busca por uma melhor conscientização política a respeito da educação oferecida aos trabalhadores rurais. Por isso, precisa-se entender que os movimentos sociais do campo tiveram uma grande importância neste cenário (NASCIMENTO, 2002, p. 185).

Segundo Nascimento (2002, p.185), “O Encontro Nacional dos Educadores/as da Reforma Agrária (Eneras) foi o primeiro espaço constituído pelos movimentos sociais e sindicatos do campo como: Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros”. O que se pode observar é o grande avanço nas práticas educativas voltadas para as escolas rurais de forma paralela ao crescente surgimento dos movimentos sociais. Com isso, devemos admitir que a educação do campo foi construída em um espaço educacional contínuo e bem estruturado, onde a singularidade inerente ao homem do campo é mantida e respeitada, traçando-se assim, uma história de lutas, desafios e conquistas.

Quando nos referimos à educação do campo, precisamos, de forma criteriosa, respeitar suas peculiaridades, levando em consideração os seus princípios éticos e morais direcionando-os especificamente àquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, têm suas bases históricas afetadas. A educação do campo exige, em todas as esferas públicas, um compromisso sério de apoio social voltado para a educação das comunidades nela inseridas, visando possíveis transformações da realidade de exclusão das práticas pedagógicas aplicadas às escolas do campo. Vale salientar ainda que, além dos aspectos éticos e de preservação histórica, a educação do campo precisa ter apoio à cultura, tanto no que se refere ao resgate desse princípio histórico, quanto a sua preservação. Para Nascimento (2002), pensar na educação do campo significa:

[...] assumir três compromissos básicos: Um compromisso ético/moral com a pessoa humana desumanizada historicamente; um compromisso com a intervenção social e educar neste sentido, significa intervir para transformar as realidades de exclusão pedagógicas tão frequentes nos municípios e estados da federação; por último, um compromisso com a cultura camponesa em suas diversas facetas, seja para resgatá-la, seja para recriá-la, bem como para conservá-la (NASCIMENTO, 2002, p. 187).

As políticas públicas voltadas para a educação do campo são nitidamente fortalecidas no final da década de 90, mediante a incorporação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esclarecendo a toda a população rural que a educação do campo é um direito garantido e deve ser levado a termo em todos os lugares do Brasil de forma a respeitar a diversidade e características do homem do campo, “a

educação do campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo” (NASCIMENTO, 2002, p. 190).

Para o autor, enquanto política pública, o PRONERA fundamenta-se além das gestões participativas na:

[...] na descentralização das ações das instituições Públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio de projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a coparticipação dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social (NASCIMENTO, 2002, p. 191).

Além do PRONERA, atuam dentro das políticas educacionais voltadas para o campo, programas como: Saberes da Terra, que é um programa na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) o qual atua na qualificação social e política dos jovens agricultores e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procamp.

A LDB (BRASIL, 1996) estabelece que é direito de toda população rural ter uma educação básica estruturada nas especificidades do convívio no campo e nas características inerentes as adaptações de cada região. De acordo com essa lei em seu artigo 28º, a educação básica ofertada, para a população rural versa que:

- Os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente:
- I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
 - III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, LDB, Lei nº 9.394/96).

Estruturada em uma política educacional bem organizada, a educação do campo tem seus fundamentos dispostos de acordo com a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Onde, estabelece que as escolas situadas no campo devam elaborar seus projetos políticos pedagógicos na forma

estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação visando priorizar a diversidade da vida no campo em seus inúmeros aspectos: sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos e de gênero. A formulação do projeto político pedagógico deverá ser feita de forma específica para as escolas situadas no campo, no sentido de estimular o desenvolvimento da vida no meio rural e ao mesmo tempo articular os sujeitos com o mundo do trabalho.

A educação no campo deve ser uma educação para o campo. Ou seja, é preciso que haja respeito e responsabilidade por parte dos que formulam, e dos que executam os projetos políticos educacionais voltados para as populações que dele dependem. Acredito que, uma educação de qualidade, é àquela que estrutura-se nos valores sociais e nas especificidades do meio para o qual a referida prática está direcionada.

A elaboração e execução dos projetos pedagógicos, voltados para a valorização da vida no campo, estabelece que o calendário escolar deva ser flexível visando adequar-se às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas. É necessário efetuar ainda, um controle social tornando efetiva a participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, para que se tenha, êxito nas perspectivas previstas nas disposições sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA no Decreto nº 7.352/2010 (BRASIL, 2010) que em seu artigo 1º inciso 4º versa que:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e área de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (Brasil, Decreto nº 7.352/2010).

Assim sendo, atualmente há respaldo legal, enfatizado pelo mesmo decreto (DECRETO nº 7.352, 2010), que estabelece os princípios da educação do campo, o qual exige a implementação das políticas voltadas para a educação e a escola do campo mediante o respeito às singularidades das comunidades nele inseridas. Tais princípios afirmam que:

- a) É garantido o direito a toda comunidade do campo uma educação de qualidade.**

Quando se fala em educação do campo, é preciso lembrar que se trata de algo complexo e que deve ser executada de forma coletiva e organizada priorizando a produção de cultura para que, dessa forma, resulte em uma educação inclusiva e de qualidade. Mediante a renovação dos valores e credibilidade nas práticas pertencentes à terra, o homem do campo pode fazer uso das políticas públicas de educação que poderá promover uma importante relação entre o campo e a cidade, valorizando assim, a produção econômica e de conhecimento.

Em artigo intitulado *A Busca pela Identidade dos Sujeitos do Campo: A Realidade das Classes Multisseriadas*, Sideni Rodrigues de Bessa Nunes e Cícero Italiano Sobrinho, tomando por base o Programa Escola Ativa de 2008, estes autores afirmam que: “A importância de se ter uma educação de qualidade no meio rural é o reconhecimento de que esta é uma necessidade para quem vive no campo”, (NUNES; SOBRINHO, 2011, p. 7-8).

- b) Uma educação voltada para o homem do campo deve preservar o respeito às suas formas de organização social bem como a valorização ao conhecimento por elas produzido.**

Sob um aspecto educacional sistemático, a educação do campo pode ocorrer tanto em espaços internos quanto externos à sala de aula. A partir dessa compreensão, o educador precisa ser criativo e envolver, de forma diferenciada, paralelas relações de metodologia, tempo e espaço físico procurando sempre envolver os saberes inerentes às formas de organização das comunidades situadas no campo, relacionando-as com os aspectos produtivos, culturais e históricos.

Nosso olhar, situado na relação histórica educação popular/educação libertadora/educação do campo, volta-se para o que anunciamos como um diálogo entre a relação do que identificamos nas práticas pedagógicas e o que é evidenciado como problemática na apropriação do conhecimento escolar, como possibilidade de compreender a operacionalização e efetivação dos condicionantes históricos no campo das práticas curriculares. (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 184).

É de suma importância que a educação voltada para o campo priorize as ideias que, de uma forma ou de outra, venham preservar as mais diferentes relações históricas das comunidades situadas no campo, através das práticas pedagógicas específicas para assuntos inerentes ao aprimoramento social e cultural das populações rurais.

c) A educação do campo deve realizar-se especificamente no campo.

É realmente necessário que as escolas destinadas a atender aos povos situados no campo, estejam de forma específicas localizadas também no campo. Tal princípio torna-se fundamental, pois viabilizam as práticas pedagógicas, tanto para os educandos quanto para os educadores. “Construir educação do campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo” (MEC, 2003, p. 33).

A educação do campo é ofertada com o propósito de ampliar os conhecimentos, preservar a história e construir as bases culturais das suas populações. Caracteriza-se também como um espaço natural de construção permanente dos projetos educativos ligados à grande diversidade histórica e cultural de um povo. Assim sendo:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais, combina estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo, prestando a atenção às tarefas de transformações específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação da humanidade, (CALDART, 2002, p.24).

Nas áreas de assentamento e no meio de sobrevivência das comunidades que ali residem, existe uma base sólida de ambiente próprio que precisa ser explorado por essas famílias de forma a atender toda e qualquer necessidade inerente às mesmas. Quando falamos em base sólida nos referimos à realidade dessas pessoas que precisam ver o campo como sendo o seu grande universo de sobrevivência e acima de tudo acreditar que é possível sim, fazer do mesmo o seu espaço diário de conquista, explorando a terra e tudo o que tem ao seu redor através de uma educação pedagogicamente bem estruturada com projetos elaborados no campo social, político e cultural. Por outro lado, o homem do campo deve ter uma visão ampla das riquezas históricas e ambientais que o cercam, tentar explorar e fazer disso a sua fonte maior de informações.

d) Reconhecimento de que a educação do campo ocorre de forma ampla e deve ser vista como uma importante produção de cultura.

A educação do campo enquanto produção de cultura deve fazer uma ponte vinculando o trabalho realizado na terra e a produção cultural, tendo como base a existência humana. Logo, a escola deve seguir uma prática pedagógica estrategicamente estruturada na realidade social, tecnológica e econômica das comunidades rurais nela inseridas. Para MEC (2003, p.33) “a educação do campo deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações medidas pelo trabalho na terra, entendendo trabalho como produção cultural de existência humana”.

e) Consiste em uma modalidade de ensino voltada para a preservação histórica dos sujeitos.

As práticas pedagógicas aplicadas à educação do campo devem adotar uma metodologia que promova, de forma clara e objetiva, o respeito às bases históricas dos

sujeitos, cujos currículos precisam se desenvolver mediante as características sociais e ambientais da comunidade que é atendida pela escola. Para Caldart (2002, p.18) “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Nesse sentido a educação do campo caracteriza-se como sendo uma prática dinâmica, resultante de uma interação direta entre o campo e as sociedades que nele vivem. Segundo Caldart (2002, p.19) “trata-se do e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem”. Portanto, a Educação do Campo configura-se como uma identidade construtiva de um projeto educativo direcionado especificamente às comunidades rurais.

f) A educação do campo estrategicamente deve fundamentar-se na formação humana e, de forma paralela, garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades situadas no campo.

Por se um ser social, o homem tem a capacidade de delinear o seu espaço próprio de sobrevivência, caracterizando a todo instante a sua formação que, por sua vez, define-se como sendo um processo educativo. Para MEC (2003, p.33) “a educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do campo deve-se construir nas políticas públicas como uma ação cultural comprometida com o projeto de reinvenção do campo brasileiro”. Portanto, a educação é o único meio pelo qual o ser humano pode produzir cultura.

Na perspectiva camponesa, a cultura representada por seus integrantes, está vinculada as peculiaridades inerentes à diversidade social, aos fatos históricos e as mais diferentes formas de sobrevivência, sejam elas, internas ao meio camponês ou através da reciprocidade com o meio urbano. Logo, quando nos referimos à cultura em um meio

camponês, estamos falando de algo amplo, que envolve desde as tradições familiares, os movimentos sociais, até as mais diferentes formas de produção agrícola.

g) Utilizar estratégias educacionais que contemplem o respeito às características inerentes ao meio rural.

A educação do campo exige, acima de tudo, organização e a participação ativa das comunidades que dela dependem cujo objetivo é promover não apenas o desenvolvimento específico e isolado, mas fazer parte do desenvolvimento do país em sua totalidade.

[...] identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia; reflexão que desenha traços do que pode se construir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo, (CALDART, 2002, p.22).

A partir dessas ideias, podemos ver que a educação do campo deve estar, a todo instante, voltada para uma integração bem organizada entre as pessoas proporcionando meios e articulações que conduzam os sujeitos à direção certa dos seus destinos, ou seja, educação do campo se faz com respeito, seguindo estratégias e obedecendo as características inerentes aos fatos históricos e a diversidade do povo que nele existe.

Quando analisamos os fundamentos e os princípios da educação do campo, vemos que se trata de uma educação essencial para a vida de muitas pessoas que dependem diretamente do campo para viver. Trata-se de uma forma educacional ampla no sentido de, em alguns momentos, preservar e em outros, resgatar os fatos históricos, sociais e, acima de tudo, culturais dessas pessoas. Logo, tomemos consciência de que oferecer uma pedagogia coerente com esses aspectos, não é tarefa fácil, exige muita habilidade didática e metodológica dos educadores no sentido de aplicar uma prática pedagógica que atenda às peculiaridades de cada

um. Portanto, para que “esse processo seja efetivado, o educador é agente ativo, participando de todas as instâncias de discussão, não como definidor, mas como um integrante fundamental”, (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 184).

Assim, as práticas pedagógicas aplicadas às escolas do campo:

Ao decidir pela seleção, forma de organização e distribuição dos conhecimentos, as comunidades definem sua própria caminhada de opção teórico-metodológica transformadora, envolvendo suas discussões nas opções de concepção de homem, de sociedade e de educação. Definição que é uma opção política, compreendida como possível e necessária de se materializar na seleção do que e como ensinar, pela comunidade e pela escola, como forma de contribuir na transformação de uma realidade social, a partir da práxis dialógica, (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 188).

Essas ideias merecem, prioritariamente, serem estudadas de modo a contribuir com as melhorias nas práticas pedagógicas aplicadas às escolas do campo, sobretudo dos assentamentos de reforma agrária em consonância com as políticas públicas aplicadas a essa modalidade de ensino, permitindo e estimulando a atuação responsável dos educadores que atuam nas escolas do campo e ao mesmo tempo promover a educação de qualidade dentro de uma realidade das comunidades que dela dependem.

É preciso lembrar que, enquanto educadores atuantes nas escolas do campo, devemos nos preocupar com a viabilidade das suas comunidades estudantis, bem como destacar o importante papel que todos desempenham junto aos educadores, caracterizando-se também como protagonistas das ações e práticas pedagógicas aplicadas aos povos do campo.

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE O ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III.

Discutiremos de forma ampla e específica, as características e peculiaridades da educação do campo. Daremos ênfase às práticas pedagógicas executadas nas escolas situadas nos espaços rurais que atendem ao assentamento São Francisco III, localizado no Município de Solânea/PB. Por apresentar uma riqueza histórica, iniciaremos nossas discussões, fazendo um breve resgate das lutas e conquistas que marcaram o assentamento São Francisco III. Destacaremos ainda, aspectos como: localização geográfica, infra estrutura e produção agrícola.

Em momentos posteriores, caracterizaremos as condições internas e externas das escolas que atendem as populações do assentamento São Francisco III. Faremos na ocasião uma breve análise da localização das três escolas do campo, que atendem ao referido assentamento. Discutiremos, ainda, os fatores interferentes nas práticas pedagógicas executadas pelas escolas anteriormente citadas. E por fim, destacaremos outros pontos que consideramos importantes, como: Materiais didáticos, níveis de ensino, calendário escolar e o ciclo agrícola da região.

3.1 Resgates Históricos e Caracterização do Assentamento São Francisco III.

Situado nos municípios de Solânea e Casserengue, no Agreste Paraibano, o assentamento São Francisco III constitui o mais importante da região, considerando a suas lutas e movimentos sociais, traz consigo um passado histórico extremamente rico em fatos e

conquistas. Conquistas que tiveram início na fazenda Carvalho, de propriedade do Sr. Loester Imperiano da Silva, situada no município de Bananeiras, localizado no brejo paraibano.

Segundo Moreira (1997, p.558), “a fazenda é bem servida de recursos hídricos (contém cacimbas, poços e um açude). Possui solos férteis, moderadamente profundos, de cor escura e textura argilo-arenosa”. O que certamente teria atraído as famílias que, até o ano de 1970, teriam ocupado a fazenda na condição de trabalhadores diaristas, onde passaram logo em seguida a pagar um foro anual, transformando-se, dessa forma, em arrendatários. Anos depois a fazenda Carvalho foi dividida, dando origem às fazendas Caulim e Caulim I. Com a divisão vieram os conflitos.

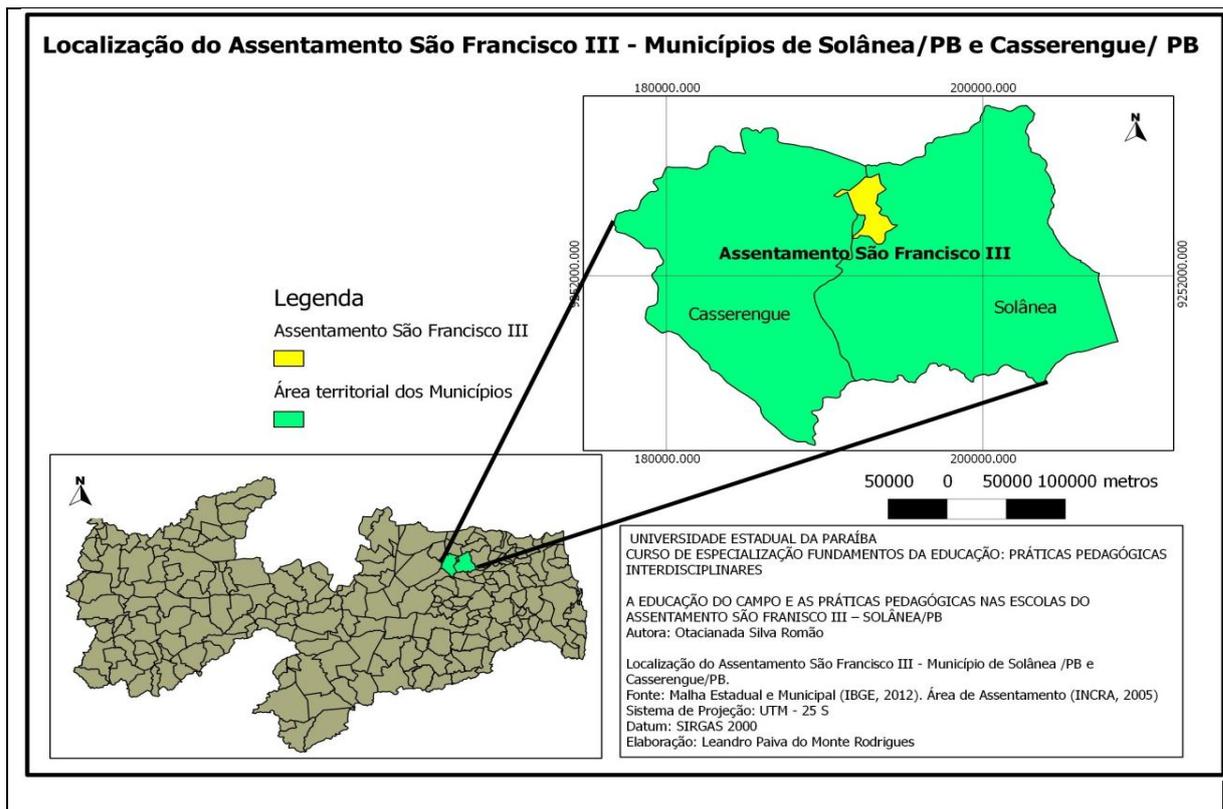
[...], o conflito entre agricultores e proprietários teria tido início a partir do momento em que o senhor Loester Imperiano passou a cobrar um foro considerado abusivo pelos arrendatários. O aumento do foro vinha ocorrendo sistematicamente desde 1970, o que, segundo o proprietário, corresponderia a “reajustes para atualização da renda que eram também efetuadas pelos demais proprietários da região”. Considerando-se prejudicados, os foreiros resolveram procurar orientação jurídica. Foram então aconselhados a pagar um foro equivalente a 15% do valor cadastral da propriedade. Valor este, que foi recusado pelo proprietário. (MOREIRA, 1997, p. 559).

Em fevereiro de 1984, técnicos do INCRA realizaram uma visita no imóvel e como resultado elaboraram um relatório de desapropriação, o que, de fato, não aconteceu. Fatos posteriores vieram agravar a situação dos trabalhadores, que passaram a receber ameaças de morte. De acordo com Moreira (1997, p. 561), “em outubro de 1984, as ameaças de morte do proprietário teriam se concretizado através do assassinato de um arrendatário”. Em meio aos conflitos e perseguições constatou-se que:

No ano de 1986, após a realização da vistoria dos técnicos do INCRA, a fazenda Caulim I passou de empresa rural para latifúndio por exploração, o que resultou em uma liminar que impediu ao INCRA a desapropriação do imóvel. [...] No dia 13 de abril de 1990, o imóvel começou a ser demarcado, ficando 347,0 hectares para o proprietário e 230,0 hectares para os arrendatários. [...] Enquanto isso, os agricultores continuaram solicitando, via Fetag, a agilização do processo de desapropriação e a retirada dos capangas da fazenda. (MOREIRA, 1997, p. 562 – 564).

Mediante as pressões realizadas pelos posseiros provenientes da fazenda Carvalho direcionada ao INCRA no sentido de exigir maior agilidade para solução dos conflitos teve como resposta segundo Moreira (1997, p. 567) que “o imóvel Caulim I foi declarado de interesse social para a Reforma Agrária, mas sem imissão de posse por impedimento judicial. No que se refere ao imóvel Caulim, constatou-se não ser ele suscetível de desapropriação por ter menos de 15 módulos rurais”.

Dessa forma, a luta pela terra na fazenda Carvalho deixou marcas históricas de mudanças e conquistas vivenciadas por movimentos sociais da região, tendo em vistas os conflitos e a resistência dos camponeses que mediante, ao enfrentamento de diferentes formas de violência, tanto por parte dos proprietários quanto do estado foram vitoriosos. Após uma luta que durou cerca de vinte anos, as famílias foram instaladas em outra propriedade, a fazenda Poderosa, no município de Solânea, que, por ocasião da desapropriação a mesma deu origem no dia primeiro de janeiro de 2000 ao assentamento São Francisco III (Mapa 1).



Mapa 1: Localização do Assentamento São Francisco III – Municípios de Solânea/PB e Casserengue/PB.
Fonte: IBGE (2012); INCRA (2005).

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas famílias nos momentos iniciais da formação do assentamento. As condições de moradia e o preconceito configuraram-se como sendo os maiores problemas a serem vencidos pelos agricultores que, com espírito de luta e sentimento de satisfação, os transformaram em pequenos obstáculos a serem resolvidos e passaram a dar maior ênfase ao fato de terem conquistado um espaço para trabalhar, produzir e sobreviver. Hoje todas as casas são feitas de alvenaria que, mesmo sem uma infraestrutura adequada, os moradores garantem ser uma terra de solo produtivo e lugar tranquilo para viver. Tais fatos podem ser constatados no seguinte relato:

O assentamento São Francisco III, situado na cidade de Solânea, se originou a partir do conflito existente entre os trabalhadores (posseiros, arrendatários) da fazenda Carvalho, situada no município de Bananeiras e o proprietário, o senhor Loester Imperiano. Conflito que durou cerca de vinte anos, se configurando como um dos mais antigos do estado da Paraíba e marcado por vários tipos de violência por parte do proprietário em relação aos trabalhadores rurais. [...] a fazenda Caulim foi impossibilitada de desapropriação por possuir menos de 15 módulos rurais. O que levou aos trabalhadores buscarem outra propriedade para que fossem assentados. Em novembro de 1999 foi realizada uma vistoria na fazenda Poderosa no município de Solânea a qual foi desapropriada, proporcionando as 55 famílias restantes, o título de posse da terra em janeiro de 2000. A persistência/resistência camponesa redundou na desapropriação de outra propriedade onde as famílias foram instaladas (SILVA et al, 2008, p.3).

No momento da desapropriação, o assentamento São Francisco III não apresentava pavimentação, sistema de telefonia e energia elétrica que segundo (SILVA et al, 2008, p.10) houve uma ampliação e melhoramento nas instalações contando com ajuda direta do INCRA e da Prefeitura Municipal de Solânea. Dessa forma, o Assentamento passou a contar com esses benefícios, como podemos constatar nas imagens (Figuras 1 e 2).

Ao longo das pesquisas, verificamos que, mesmo sendo um dos mais antigos da região, o assentamento São Francisco III, apresenta precariedades no desenvolvimento agrícola e pecuário. De acordo com relatos de alguns agricultores, os projetos para o desenvolvimento das culturas agrícolas, limitam-se a obtenção de mudas para o plantio de palma doce e banana.

No que se refere às prioridades de reforma e desenvolvimento, os moradores ressaltam a reforma de prédios para o armazenamento das sementes, a pavimentação interna ao assentamento e a construção de escolas.



Figuras 1e 2 – caracterização do assentamento São Francisco III, Solânea/PB.
Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

Organizadas em agrovilas (Figura 3), atualmente todas as casas são providas de cisternas com capacidade para captação de água pluvial. Segundo o senhor Daniel Ferino, um dos líderes e organizadores dos projetos internos ao assentamento, as cisternas caracterizavam-se inicialmente como um benefício restrito, limitadas a duas unidades responsáveis pela manutenção de todo assentamento. É o que podemos constatar no depoimento seguinte:

[...] há duas cisternas que servem como reserva de água, mas está desativada por falta de reformas. O que nós precisamos aqui é de um poço artesiano. No início, havia um projeto, “projeto terra forte”, que priorizava a agroindústria, a pavimentação dos assentamentos de reforma agrária e o processo de canalização da água. (Depoimento do senhor Daniel Ferino da Silva, Fevereiro de 2010).

Ao longo da região na qual se localiza o assentamento, podemos verificar também, a existência de grandes reservatórios de água, direcionados à manutenção da agricultura e a pecuária local. A utilização desses recursos hídricos é feita de forma precária, uma vez que, não verificamos a presença de nenhum sistema de irrigação. (Figura 4).



Figuras: 3 e 4 – cisternas com capacidade para captação de água pluvial e reservatório natural de água, no assentamento São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

De acordo com informações fornecidas pelos moradores do assentamento São Francisco III, trata-se de um solo de terra fértil, que mesmo sendo uma região seca e de poucas chuvas é apropriado para qualquer tipo de plantação, eles ressaltam ainda, que a base de produção agrícola é o cultivo de produtos como milho, feijão, mandioca, inhame, batata e palma. (Figuras 5 e 6).



Figuras: 5 e 6 – cultivo de feijão, milho e inhame, assentamento São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

Além da agricultura, prevalece ainda à pecuária que de acordo com os agricultores do assentamento, é uma prática representada por criações de gado, aves, suínos, entre outros.

3.2 Caracterizações das Escolas do Campo que Atendem ao Assentamento São Francisco III.

Construídas externamente ao assentamento, as escolas que atendem as populações situadas no assentamento São Francisco III, são as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Francisco Pedro da Silva, Santiago Chianca e Professor Francisco Pinto, as quais atendem também as comunidades dos sítios Poderosa, Malhada, Filgueira e Barrocas, todas localizadas no município de Solânea. Apesar de atuarem em regiões bem próximas umas das outras e terem pontos e estratégias pedagógicas em comum, constatados aqui através de pesquisas e entrevistas aos membros das comunidades escolares, cada unidade apresenta características e peculiaridades próprias.

A Escola Municipal de Ensino fundamental Professor Francisco Pinto (Figuras 7 e 8), é a mais distante do assentamento, porém de fácil acesso. É composta por três pequenas salas de aula que comportam entre 15 e 20 alunos por sala de aula com idades que variam de seis a nove anos com uma forma de ensino Multisseriadas, oferece o ensino infantil do segundo ao quinto ano.

Além das crianças do assentamento São Francisco III, a escola atende também as do sítio Barrocas localizado no município de Solânea/PB. Apresenta um corpo docente relativamente bem estruturado composto por seis professoras as quais são distribuídas nos turnos manhã e tarde, todas apresentam formação técnica pedagógica e algumas afirmam cursar pedagogia em universidades da região. Com uma infraestrutura precária, a escola não dispõe de pavimentação, e o local caracteriza-se como sendo de difícil acesso.

Vale salientar ainda, que, mesmo situada em um local de solo fértil e água abundante, a escola não apresenta nenhum projeto escolar que venha contemplar a agricultura familiar ou qualquer ação pedagógica voltada para as especificidades da vida no campo preservação dos recursos hídricos e manejo correto do solo.



Figuras 7 e 8 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Francisco Pinto, Solânea/PB.
Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

As escolas Municipais de Ensino fundamental Santiago Chianca e Francisco Pedro da Silva (Figuras 9 e 10), quanto à localização, são bem próximas do assentamento, porém tornam-se inviáveis por estarem localizadas as margens de uma rodovia, configuram-se como unidades pequenas com duas salas de aula funcionando nos turnos manhã e tarde na forma de ensino Multisseriadas.



Figuras 9 e 10 – Escolas Municipais Francisco Pedro da Silva e Santiago Chianca, , Solânea/PB.
Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

O corpo docente apresenta características semelhantes à escola anteriormente citada, diferenciando-se apenas no aspecto quantitativo, pois tanto as escolas Santiago Chianca quanto a Francisco Pedro da Silva apresentam um quadro docente de quatro professoras distribuídas nos dois turnos.

No que diz respeito ao quadro discente, por oferecer uma educação que compreende desde a primeira ao quarto ano, a escola Francisco Pedro da Silva apresenta alunos com uma faixa etária entre cinco e oito anos. Já a escola Santiago Chianca, oferece do segundo ao quinto ano, com um corpo discente cujas idades variam entre seis e nove anos.

3.3 Fatores Interferentes nas Práticas Pedagógicas das Escolas do Campo - Assentamento São Francisco III.

Com uma infraestrutura precária, o assentamento não oferece internamente nenhuma unidade escolar, o que inevitavelmente compromete o bom desenvolvimento das práticas pedagógicas no que se refere aos processos de formação educacional sistemático. As escolas que ficam nas imediações oferecem, de maneira restrita, a educação infantil, ou seja, o fundamental I. Já o ensino Fundamental maior, cujo nível está entre o sexto e o nono ano, não é oferecido pelas escolas citadas anteriormente. O Ensino Médio também não é oferecido por tais escolas e os alunos precisam deslocar-se para os espaços urbanos das cidades de Solânea e Bananeiras. Vale lembrar ainda que nas escolas urbanas que oferecem o ensino médio, não há turmas anexas¹. É o que podemos constatar no seguinte depoimento:

¹ No § 2º do Art. 1º do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 define “ Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º”

Aqui no assentamento não tem escola de ensino médio, agente precisa sair para estudar em Solânea ou em Bananeiras. As crianças estudam em três escolas, duas ficam no sítio Filgueira onde precisam atravessar a pista e a outra escola fica no localizada no sítio Barrocas, que é muito longe de onde agente mora. (Ranessa Oliveira de 19 anos de idade, moradora do assentamento, dezembro de 2013).

Segundo Souza (2012, p. 61), a prática pedagógica, entendida como uma extensão da “prática social é gerada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos do processo de formação inicial dos profissionais da educação e os conhecimentos adquiridos no conjunto das ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação”. Levando em consideração que as práticas pedagógicas estão diretamente relacionadas às práticas sociais, é de suma importância construir uma educação voltada para a realidade de um povo, tomando-se por base o posicionamento dos movimentos sociais no que se refere à educação do campo e suas relações com o Brasil urbano.

Tendo em vista a complexidade que envolve as práticas pedagógicas voltadas para a educação do campo, muitos são os fatores que podem influenciar de forma direta no bom desempenho do processo de ensino-aprendizagem dentro de um contexto social, histórico e cultural envolvendo as comunidades do campo. Tomando-se por base o assentamento São Francisco III, destacamos a seguir, alguns fatores que consideramos fundamentais para o bom funcionamento das unidades escolares situadas no campo e paralelamente a elas, o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

3.3.1 Localização das unidades escolares do campo

Um dos maiores problemas enfrentados pelas famílias do assentamento São Francisco III é, indiscutivelmente, a localização das unidades escolares que estão situadas

externamente ao assentamento e oferecem, em parte, desconforto e perigo para as crianças que ali frequentam diariamente, uma vez que, além de estarem localizadas em pontos distantes do assentamento, duas delas, como já ressaltamos anteriormente, ficam às margens de uma rodovia. As escolas são: Escolas Municipais de Ensino Fundamental Francisco Pedro da Silva, Santiago Chianca e Professor Francisco Pinto. Além do Assentamento São Francisco III, as tais escolas atendem também as comunidades do sítio Poderosa, Malhada, Filgueira e Barrocas, todas localizadas no município de Solânea.

Sob um ponto de vista específico voltado para o assentamento área objeto de estudo deste trabalho, a localização das escolas que atendem as famílias ali situadas representa, indiscutivelmente, uma séria ameaça para o bom desempenho das práticas pedagógicas oferecidas por seus educadores, comprometendo assim, o processo de ensino – aprendizagem. De acordo com as Políticas Públicas que determinam o bom desempenho das práticas pedagógicas voltadas para uma educação do campo, assim para o MEC (2003, p.33) “enquanto direito, a escola precisa estar onde os sujeitos estão. Por isso, as escolas devem ser construídas e organizadas no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola deslocada da realidade dos sujeitos”.

Sob outra análise, é importante observar que, mesmo diante de tantas adversidades, alunos e professores atuam de forma responsável e perseverante valorizando a educação do campo e ao mesmo tempo proporcionando a permanente formação histórica, cultural e social de um povo, como ressalta a professora Eliete Barbosa, solanense de 45 anos e idade e 19 de anos de prática docente, a qual leciona na escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Pedro da Silva.

A escola fica distante, o descaso por parte do governo em todas as esferas existe. Mas, nós professores, diretores e funcionários estamos todos os dias aqui e nossos alunos são bastante interessados, quase não faltam às aulas e as notas são exemplares. Isso é o que nos fortalece para permanecermos acreditando na educação, não apenas desse lugar distante e esquecido, mas de todo país. (Depoimento da professora Eliete Barbosa, dezembro de 2013).

É importante destacar através do depoimento da professora Eliete Barbosa que o esforço por uma educação do campo igualitária e mais justa, vai além dos esforços promovidos pelos órgãos públicos, os grupos que de fato fazem valer tais esforços são os que fazem a escola, ou seja, a comunidade escolar levando em consideração às singularidades da vida no campo e o respeito à subjetividade de cada um.

3.3.2 Infraestrutura das escolas do campo

No que se refere à infraestrutura das escolas citadas anteriormente, constatamos um verdadeiro descaso à educação das crianças daquela localidade. Tais problemas são visivelmente observados, entre os quais podemos citar: pinturas antigas e desgastadas, ausência de bebedouros adequados para um ambiente escolar, condições inadequadas dos banheiros, inexistência de piso em algumas salas de aula e carteiras quebradas (Figuras. 11 e 12) nos mostram um pouco dessa realidade.



Figuras: 11 e 12 – Estrutura interna da escola Francisco Pedro da Silva, situada no campo e que atende ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

Enquanto educadores, somos conscientes de que a merenda escolar constitui um fator preponderante no que diz respeito à assiduidade e permanência do aluno na escola, mas para nossa surpresa na escola Santiago Chianca nos deparamos com uma cozinha totalmente inadequada para a preparação da merenda, tanto do ponto de vista higiênico quanto a localização interna à escola. Entre os profissionais que entrevistamos está a merendeira e auxiliar de serviços gerais da Escola citada anteriormente, a senhora Maria das Graças Oliveira, de 32 anos de idade e que, segundo a mesma, atua na escola a cerca de 5 anos. Ela nos relata:

[...] Gosto muito de trabalhar aqui na escola Santiago Chianca. Fazer a merenda dos alunos é para mim gratificante, a única coisa que eu não gosto aqui é da localização da cozinha, porque fica muito perto dos banheiros. [...], é preocupante o estado de conservação da escola, estar muito suja, precisando não apenas de uma simples pintura, mas, de uma grande reforma. (Depoimento da merendeira da escola Santiago Chianca, a senhora Maria das Graças Oliveira, dezembro de 2013).

Apesar das condições físicas precárias, vivenciamos em todas as unidades escolares do campo um ambiente agradável cujas salas de aula estavam limpas e bem organizadas, proporcionando às crianças um espaço de aprendizagem alegre e ao mesmo tempo favorável ao desempenho das atividades docente, especificamente no que se refere às práticas pedagógicas (Figuras. 13 e 14).



Figuras: 13 e 14 – Estrutura interna da escola Santiago Chianca, situada no campo e que atende ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB

Fonte: Otaciana Romão – Dezembro de 2013.

O que não podemos deixar de ressaltar é a grande responsabilidade dos profissionais de apoio, os quais mantem a escola limpa oferecendo assim, um ambiente agradável e, ao mesmo tempo, motivador para o bom desempenho das práticas pedagógicas, além dos professores que fazem do ambiente interno às salas de aula um lugar agradável para o aprendizado.

Em análise às fotos anteriores, verificou-se que, interiormente, as escolas do campo que constituem a área objeto de estudo desse trabalho, configuram-se como sendo locais alegres e descontraídos nos quais as crianças, juntamente com os professores, expressam ações de coletividade e trocas de ideias enriquecendo, dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, dando um sentido positivo às práticas pedagógicas executadas desenvolvidas especificamente pelos professores daquela localidade.

3.3.3 Materiais didáticos que atendem à realidade local e a diversidade das populações do campo.

O livro didático constitui o maior suporte de ideias e teorias, que expressa, de forma concisa, a história e a cultura das pessoas de uma determinada região ou parte do mundo. Para levarmos a termo as nossas pesquisas, fizemos uma breve análise da contextualização dos livros didáticos adotados nas escolas que atendem a área objeto de estudo deste trabalho e constatamos que os conteúdos abordados nos livros não priorizam as bases sociais, econômicas, culturais, entre outros aspectos que consideramos importantes para a formação concreta dos indivíduos do campo.

Mesmo sendo um livro adotado especificamente para as escolas do campo, não oferece uma contextualização específica cujos conteúdos contemplem as características vivenciadas pelas populações que vivem nos espaços rurais. É composto por volumes multidisciplinares organizados pela Editora Moderna - 1 ed. – São Paulo e distribuído em cinco volumes do 1º ao 5º ano distribuídos da seguinte forma: 1. Alfabetização (Ensino Fundamental); 2. Ciências (Ensino Fundamental); 3. Geografia (Ensino Fundamental); 4. História (Ensino Fundamental); 5. Letramento (Ensino Fundamental); 6. Matemática (Ensino Fundamental); 7. Português (Ensino Fundamental) I. Cujas autoras são Mariza Martins Sanchez. A obra completa faz parte do projeto Buriti Multidisciplinar com versão atualizada em 2012.

No que se refere aos materiais audiovisuais, as salas de aula resumem-se ao quadro negro, apagador e giz. As escolas são totalmente desprovidas de equipamentos didáticos que auxiliem ao mínimo nas práticas pedagógicas como laboratórios e bibliotecas. Por se tratar de uma área rural, os espaços destinados ao lazer e desporto são amplos, no entanto não existe uma adequação à realidade e à diversidade das populações do campo, como propõe a LDB (BRASIL, 1996), a qual prioriza para a educação básica da população residente no campo os conteúdos curriculares e as metodologias adequadas às necessidades e interesses dessas populações.

3.3.4 Níveis de ensino oferecidos pelas escolas do campo

As unidades escolares que atendem as populações do assentamento São Francisco III oferecem apenas o ensino fundamental, compreendido entre a pré-escola e o quinto ano das séries iniciais. O ensino nas modalidades Educação de Jovens e Adultos - EJA e o Ensino Médio Regular são oferecidos pelas escolas localizadas na zona urbana, mas não são

organizadas como turmas anexas. Quando em nossa entrevista perguntamos a uma moradora do assentamento como era feita a educação dos trabalhadores que precisavam trabalhar durante o dia e estudar durante a noite. A mesma nos informou:

Para os trabalhadores que não podem se deslocar para a cidade, nós temos aqui uma voluntária que utiliza um antigo galpão de reuniões dos moradores (figura10) situado aqui mesmo no assentamento para alfabetizá-los. (Depoimento da jovem Ranessa Oliveira, dezembro de 2013).

Constatamos que o local é totalmente inadequado para o exercício da prática pedagógica, pois não dispõe de espaço físico, carteiras, quadro, entre outros recursos que constituem uma verdadeira sala de aula (Figura 10).



Figura: 15 – Galpão situado internamente ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB, local onde voluntariamente é realizada a educação de Jovens e adultos.

Fonte: Otaciana Romão, dezembro de 2013.

Mediante informações levantadas no assentamento em entrevistas feitas a outros moradores, nos certificamos de que, para os jovens maiores de quinze anos que não concluíram o Ensino Fundamental, os mesmos são deslocados para a cidade de Solânea, nas unidades municipais de ensino. No que se refere aos jovens de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio, também o fazem em Solânea na modalidade EJA nas unidades estaduais de ensino. Quando questionados sobre o transporte para o deslocamento dos jovens entre a cidade e o campo, fomos informados de que existe uma força conjunta do governo em todas as esferas públicas.

Quando nos referimos à relação de reciprocidade, entre o campo e a cidade no tocante desenvolvimento sociocultural dos jovens camponeses, estamos falando de uma troca de conhecimentos, ou seja, quando o jovem camponês, se desloca do campo para a cidade, leva consigo os conhecimentos e especificidades inerentes aos espaços rurais, que deverão ser aplicados ao meio urbano, no sentido de suprir suas carências. Em contrapartida, levarão para o campo, experiências e especificidades do meio urbano que serão aplicados nos espaços rurais, concretizando dessa forma, uma relação mútua de conhecimentos.

3.3.5 Calendário Escolar e o Ciclo Agrícola

Um dos fatores que consideramos preponderante para que se tenha êxito nas Práticas pedagógicas oferecidas pelas escolas do campo é a inclusão de adequação ao calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Segundo o que nos relatou o senhor Manuel Pereira, de 72 de idade, que é agricultor local desde a fundação do assentamento São Francisco III, acredita que essa adequação não é feita porque o período de colheita do feijão, milho e da mandioca, que são as bases da agricultura local, são feitas nos últimos anos de forma imprevisíveis ocasionadas pelas condições climáticas irregulares na região. Esse fator, quando no período de plantio e de colheita, interfere diretamente na frequência e no rendimento escolar das crianças que frequentam as escolas do campo de maneira geral, nos garante os professores das escolas objetos de estudo desse trabalho.

Esses fatores que se configuram como sérios problemas na educação do campo precisam ser mais bem estudados, de modo a contribuir com ações e políticas públicas que venham a estimular melhorias na qualidade didática e metodológica das práticas pedagógicas, executadas nos assentamentos de reforma agrária, de forma geral e, em específico, no assentamento São Francisco III.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO QUE ATENDEM AO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO III.

A prática pedagógica aplicada às escolas do campo corresponde a uma prática educacional específica que apresenta como característica básica o processo de formação das comunidades situadas no campo levando em consideração suas formas de vida, cultura e, sobretudo, suas bases históricas. É com essa visão que mencionamos as práticas pedagógicas aplicadas às populações do campo.

Para levarmos a termo as pesquisas, a caracterização da prática pedagógica, estrutura-se inicialmente, através de entrevistas realizadas com líderes da comunidade situadas no assentamento que constitui a área objeto de estudo deste trabalho. As entrevistas foram direcionadas ainda, à diretora e funcionários das escolas que atendem aos alunos daquela localidade.

Além das entrevistas, foram aplicados também dois questionários sendo um aplicado aos professores, a direção e aos funcionários das escolas envolvidas na pesquisa (apêndice A) e o outro, aos membros da Secretaria Municipal de Educação do Município de Solânea (apêndice B), os quais se configuram como sendo: O secretário municipal de educação, a coordenadora municipal de educação do campo, entre outros coordenadores que atuam, de forma auxiliar, na organização das atividades aplicadas, especificamente, nas escolas voltadas para as populações do campo.

De forma contextualizada, as questões aplicadas aos professores versam em um primeiro momento sobre informações pessoais e de formação dos professores, onde na sequência caracterizada por um segundo momento, as questões são referentes às informações

pedagógicas, tais como: Planejamento de pedagógico, seleção de conteúdos, metodologia, projetos escolares, participação dos alunos, relação entre a escola e a comunidade, relação professor-aluno e orientações educacionais.

No que se refere às questões voltadas para os profissionais da secretaria municipal de educação do município, cuja contextualização estrutura-se, especificamente, em assuntos voltados para a educação do campo, foram feitos questionamentos acerca da localização das escolas, ou seja, se as mesmas localizam-se, interna ou externamente, ao assentamento, estruturação do Projeto Político Pedagógico, ofertando cursos de formação inicial e continuada para os profissionais da educação do campo, infraestrutura e transporte escolar, materiais didáticos que venham a atender a diversidade para a vida no meio rural, materiais que venham oferecer a inclusão digital, tanto aos alunos quanto aos professores das escolas do campo, níveis de ensino e aspectos gerais sobre a elaboração do calendário escolar.

É indiscutível que as escolas precisam seguir a alguns requisitos inerentes às esferas federal, estadual e municipal de educação. Consciente de que os professores e demais profissionais que fazem a educação do campo devem estar atuando de forma direta na tomada de decisões e na organização desses requisitos, destacamos a seguir, os seguintes resultados.

4.1 Informações Pessoais e de Formação dos Professores

É de suma importância que os profissionais atuantes nas escolas do campo, atendam de forma preliminar a alguns aspectos pessoais e de formação no sentido de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Tomando por base as escolas que atendem as populações do assentamento São Francisco III, quando questionados sobre o sentido teórico e prático do termo Educação do Campo, os professores foram em outras palavras, unânimes em responder

que, é uma modalidade de ensino que, além de abordar em seus conteúdos informações inerentes ao currículo pleno aplicado em diferentes séries e turmas escolares da educação nacional, procura resgatar e manter a identidade cultural, histórica e científica de um povo.

Partindo para um conhecimento mais específico e de caráter organizacional, constatamos um preocupante déficit no nível de conhecimento e uma expressiva dificuldade de alguns professores em reconhecer os princípios que determinam a educação do campo. Com relação à formação docente, verificamos em sua totalidade, que os professores apresentam curso de formação técnica (normal) e em parte formação superior. Contudo, somos conscientes em afirmar, através da interação de pensamentos de Souza (2006), de que, mesmo desconhecendo a realidade do campo no Brasil, vale salientar que se esforçam para que, através das práticas pedagógicas, o ensino tenha sentido sociocultural para os povos do campo.

Isso se confirma, quando em um questionamento posterior, os educadores nos afirmam que participam ou já participaram de algum curso de capacitação sobre educação do campo, geralmente promovido por órgãos públicos, entre os quais podemos citar a Secretaria de Educação dos municípios de Solânea e Bananeiras, governo do estado por meio da Secretaria de Educação do Estado e a Universidade Federal da Paraíba – Campus de Bananeiras.

Mesmo diante de uma realidade educacional limitada e, em alguns casos, ausentes de recursos didáticos, nos deparamos com professores que afirmam ser a educação do campo uma prática importante e necessária para a formação das populações que vivem nos espaços rurais, internamente ao assentamento de reforma agrária, em especial, o assentamento São Francisco III que constitui área objeto de estudo desta pesquisa e por fim, as populações que estão situadas nos espaços urbanos.

É importante destacar ainda que, no transcorrer da prática pedagógica executada pelos docentes das escolas que atendem ao referido assentamento, existe um paralelo grau de

importância cultural entre o campo e a cidade, onde os educadores afirmam durante todo o nosso processo de pesquisa que entre ambos deve haver uma reciprocidade de informações, uma vez que, cada um tem o seu valor e um complementa o outro. Apesar de residirem na cidade, os professores afirmam conhecer bem a realidade da vida no campo e nos garantem que esse é um fator que não se configura como ponto negativo de atuação das suas práticas pedagógicas.

É com essa visão que, posteriormente, discutiremos aspectos didáticos e metodológicos da prática pedagógica das escolas situadas no campo e que atende as comunidades do assentamento de reforma agrária São Francisco III sob uma análise qualitativa de investigação realizada no município de Solânea no estado da Paraíba.

4.2 Informações Pedagógicas

As informações pedagógicas foram elaboradas, tomando-se por base os pontos que consideramos relevantes no processo de ensino aprendizagem, tais pontos a serem discutidos versaram sobre: Planejamento pedagógico, seleção dos conteúdos, metodologia de ensino, projetos escolares e informações gerais da educação do campo no município de Solânea/PB. Vale salientar ainda, que, as informações pedagógicas aqui mencionadas, foram direcionadas dentro de uma realidade didática e metodológica das escolas que atendem prioritariamente ao assentamento São Francisco III.

4.2.1 Planejamento pedagógico

Seguindo predominantemente as orientações da Secretaria Municipal de Educação, os professores apresentam como base de planejamento dos conteúdos e de suas atividades a proposta pedagógica da escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e a realidade vivenciada pelas comunidades do assentamento.

Em análise ao (Gráfico 1), verificamos que, entre os professores entrevistados, 35,7% planejam suas atividades tomando por base apenas a proposta pedagógica da escola, com um mesmo percentual, outros se apoiam na proposta pedagógica da escola e nos aspectos da realidade do assentamento, apenas 7,15% estrutura-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sob um mesmo valor correspondente de 7,15% estão os que procuram além dos PCN, a proposta pedagógica da escola. Por fim, 14,3% dos professores têm seus planejamentos pedagógicos vinculados aos aspectos da realidade do assentamento.

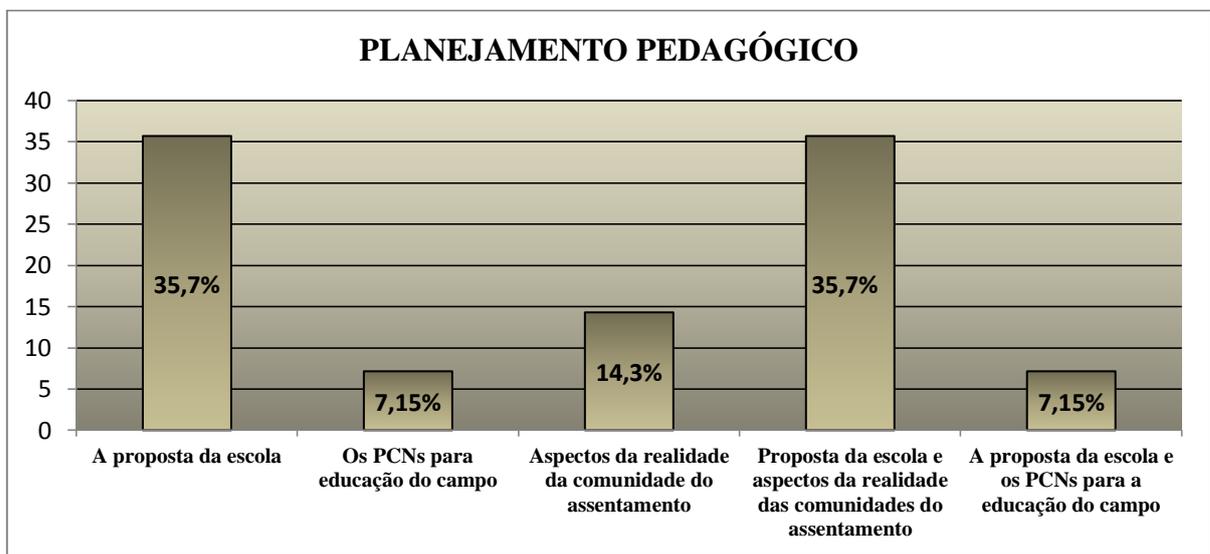


Gráfico 1 – Planejamento Pedagógico das Escolas que Atendem as Comunidades do Assentamento de Reforma Agrária São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2013.

Não temos dúvidas de que o planejamento é o momento de maior responsabilidade docente, seja ele anual, bimestral ou de aula. O que, de fato, nos anima no transcorrer da análise estatística dos dados coletados, é a confirmação de que os professores estão de forma contínua buscando mecanismos de inovação com o objetivo de oferecer a seus

alunos uma prática pedagógica diferenciada e direcionada para o cotidiano, resultando assim, em uma prática eficaz dentro das metas e objetivos que se pretende alcançar.

4.2.2 Seleção dos Conteúdos

Os dados fornecidos pelo (Gráfico 2), nos revelam que 50% dos educadores das escolas do campo que atendem aos alunos do assentamento São Francisco III, priorizam os aspectos da comunidade tendo em vista a realidade local e no livro didático. Com um percentual de 35,7%, o livro didático constitui a fonte maior para a seleção e execução dos conteúdos. Como era de se esperar, os PCN, cuja contextualização apresenta as orientações para a educação do campo, é a fonte menos recorrida pelos professores que representam um pequeno percentual de 14,3%.

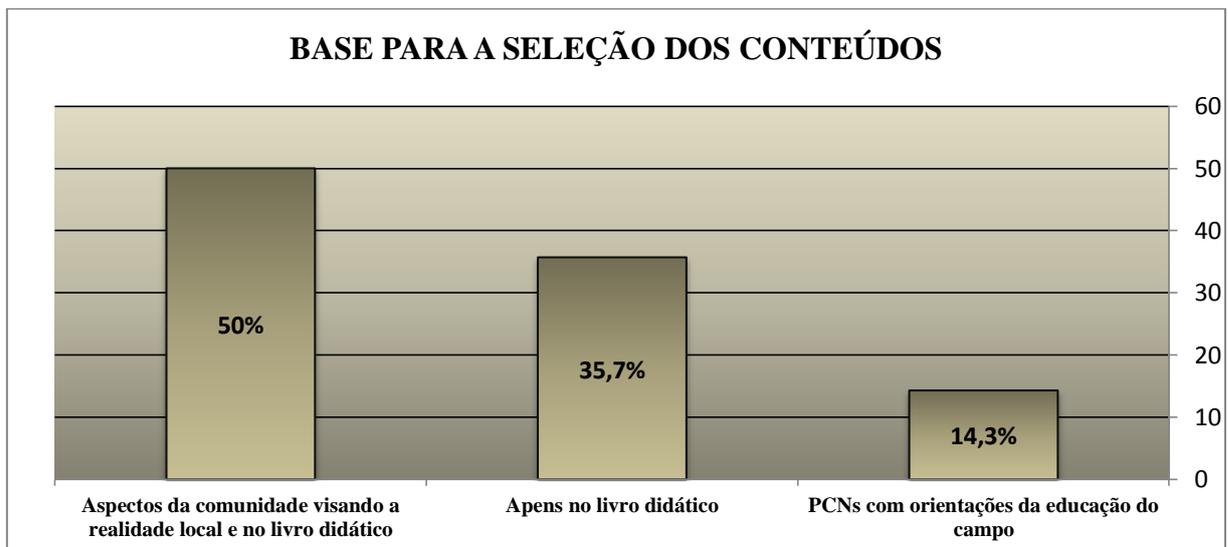


Gráfico 2 – Seleção dos conteúdos a serem aplicados nas escolas do campo que atendem ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2013.

Como podemos constatar, mediante a análise do gráfico anterior, os professores dão maior importância aos aspectos da comunidade e da realidade local no momento de selecionar

os conteúdos a serem trabalhados em suas práticas pedagógicas. No entanto, o livro didático constitui o instrumento mais requisitado. Mesmo aqueles que seguem os aspectos da comunidade e da realidade local, também fazem uso do livro didático. Igualmente tendo uma representação nacional significativa no que se refere à importância para o desenvolvimento educacional, sobretudo da educação do campo os PCN são apenas citados, mas infelizmente não assumem papel preponderante na prática pedagógica executada pelos professores que atuam tanto nas escolas localizadas na cidade como no campo, em especial, nos assentamentos de reforma agrária.

A base para a seleção dos conteúdos ministrados pela maioria dos professores do assentamento de reforma agrária São Francisco III, está de acordo com a realidade dos alunos da comunidade que constitui o assentamento área objeto de estudo deste trabalho, os temas abordados durante a seleção dos conteúdos são preferencialmente: Preservação da água, o lixo urbano nos espaços rurais, arborização, inserção da família na escola, economia, entre outros. Conscientes de que é preciso trabalhar temas que sejam coerentes com as mais diferentes problemáticas vivenciadas por seus alunos, os professores que atuam nas escolas que atendem ao assentamento nos relatam que enfrentam conflitos em organizar conteúdos independentes e que tais conflitos em muitos casos dependem do tema.

4.2.3 Metodologia de Ensino

Os professores foram unânimes em afirmar que utilizam uma diversidade metodológica em suas práticas pedagógicas onde destacam, prioritariamente, a presença de aulas expositivas, trabalhos em grupo, pesquisas, leituras compartilhadas, desenhos e ilustrações e participação ativa dos educandos com intervenção do professor que, como

podemos ver, corresponde a 100% da metodologia aplicada pelos professores das escolas do campo que atendem as populações do assentamento São Francisco III. As aulas expositivas ocorrem sob dois aspectos: o primeiro corresponde à apresentação diária dos conteúdos elaborados no planejamento fazendo-se uso de recursos visuais como quadro negro, giz e apagador e o segundo é representado pelo diálogo entre professores e alunos. Os trabalhos em grupo, segundo as informações das professoras são realizados em equipes de três a quatro crianças e dependendo do contexto pode ser elaborado na escola ou não.

As pesquisas correspondem à obtenção de respostas apresentadas aos professores por parte dos alunos, fazendo-se uso das mais diferentes fontes de obtenção como livros, revistas, jornais e em componentes da natureza. De acordo com os professores, a leitura compartilhada corresponde à leitura de assuntos inerentes aos conteúdos, fazendo-se uso do livro didático ou paradidático com posterior debate em sala de aula.

No que se refere aos desenhos e ilustrações, os alunos apresentam suas habilidades em criar imagens, colorir e associar o lúdico com o mundo real. Quando mencionamos a metodologia onde ocorre a participação ativa dos educandos com intervenção do professor, nos referimos ao processo de ensino-aprendizagem onde o professor proporciona aos alunos a capacidade de pensar, perguntar e aprender (Gráfico 3).

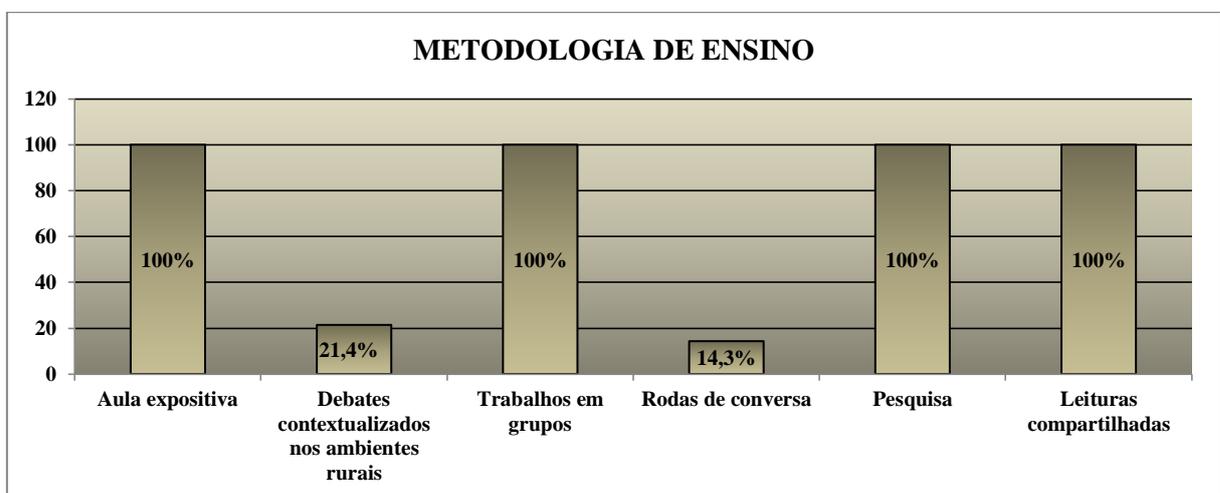


Gráfico 3 - Metodologia de ensino aplicada nas escolas do campo que atendem ao assentamento São Francisco III, Solânea/PB.

Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2013

Verificamos que, 21,4% adotam uma metodologia que além de compreender as práticas até então citadas, utilizam também debates contextualizando os ambientes rurais, valorizando de forma específica o espaço físico e natural que cerca os alunos, visando aproxima-los da sua realidade. Apenas 14,3% dos educadores fazem uso das rodas de conversa caracterizadas pela formação em círculo dos componentes da sala de aula inclusive a professora, cujo objetivo baseia-se na discussão coletiva de temas provenientes das pesquisas ou realidades vivenciadas pelos alunos.

4.2.4 Projetos Escolares

A ideia de se trabalhar projetos propõe a transformação das atitudes e experiências vivenciadas pelos alunos. O aluno deve converter-se em um ser ativo capaz de planejar, pesquisar e executar o seu próprio trabalho.

[...] A criança não vem para a escola para adquirir conhecimentos que lhe servirão, quem sabe, mais tarde. A criança vem para a escola para resolver os problemas que enfrenta no seu meio ambiente. O professor é uma guia, que o aconselha e o ajuda, como um colega mais experiente. (PILETTI, 2004, p.118).

É com esse pensamento que interpretamos a participação dos professores das escolas do campo que atendem aos alunos do assentamento São Francisco III, no que diz respeito ao planejamento e execução dos projetos através de suas práticas pedagógicas. Desenvolvidos ao longo do ano, tais projetos contemplam, de forma ampla e bem elaborada, a interdisciplinaridade, a criatividade discente e a vida no assentamento. Através das pesquisas aqui desenvolvidas, é possível identificar que os professores têm uma notável facilidade em detectar as características do assentamento e converte-las de forma contextualizadas nos

projetos escolares, trabalhando temas que dentro de uma perspectiva educacional resgata e promove a valorização histórica, científica e cultural dos discentes.

De acordo com os professores, os conteúdos desenvolvidos nos projetos contemplam temas como: aspectos históricos dos alunos do assentamento, onde destacam os processos de luta pela terra no MST; agricultura familiar; meio ambiente; higiene pessoal e saúde; inclusão social e interação comunitária.

Partindo dos questionamentos sobre a participação dos alunos, relação entre a escola e a comunidade, relação professor-aluno e orientações educacionais no tocante a concretização dos projetos escolares, é possível caracterizar uma prática pedagógica multidisciplinar e criativa, com ampla condição de promover o ensino e se chegar a aprendizagem delineada nos objetivos de uma educação voltada exclusivamente para o campo.

4.3 Informações Gerais da Educação do Campo no Município de Solânea

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e como havíamos constatado em nossas pesquisas, nenhuma das escolas do campo destinadas a atender ao assentamento São Francisco III localizam-se internamente ao assentamento. De acordo com o secretário municipal de Educação, o Prof. Dr. Wolhfhagon Costa o Projeto Político Pedagógico (PPP) não foi elaborado especificamente para as escolas que estão situadas no campo, a sua contextualização é inerente à educação municipal em sua complexidade, mas garante que são abordadas temáticas que atendem as especificidades das populações rurais, como por exemplo, preservação do meio ambiente, dando ênfase ao plantio

de mudas de árvores por meio da implantação do projeto “Plantio de mudas na escola”, realizado pela Secretaria do Meio ambiente do Município de Solânea em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da mesma localidade.

O projeto foi implantado inicialmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Pedro da Silva e consiste na distribuição de mudas de diversas plantas regionais como Nim, Pau-Brasil e Ipês. Infelizmente, em análises as informações obtidas, verificamos que, os tipos de mudas não estão dentro de uma proposta produtiva de alimentos consumidos diretamente pelos camponeses no seguimento produtivo de hortifrutigranjeiro. Entre outras temáticas, o PPP contempla ainda, questões sobre a valorização do solo, agricultura familiar, horta orgânica e preservação da água.

“As escolas repassaram a lista da quantidade dos alunos e alunas e pra nossa surpresa quase 500 mudas ainda estão plantadas, o que futuramente resultarão em belas árvores que servirão de moradia para a fauna, para dar sombra onde as crianças poderão brincar e sem falar que ajudarão a diminuir o déficit de flora que temos em nosso município”, afirmou o secretário. (ALMEIDA, 2013, p. 4).

Os docentes que atuam nas escolas do campo do município de Solânea tiveram durante os anos de 2011 e 2012 a oportunidade de participar do curso de formação para professores e a comunidade escolar extra classe realizado na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus de Bananeiras, oferecido pelo Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – CCHSA e o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA, sob a coordenação da pesquisadora líder dos grupos de pesquisa Currículos e Práticas Educativas, a Doutora Ana Cláudia da Silva Rodrigues. O curso apresenta como objetivo geral a construção coletiva de um Projeto Pedagógico Curricular – PPC que venha a atender as necessidades das escolas do campo.

Em resumo, a pesquisadora relata que:

As escolas do campo, atualmente, passam por grandes dificuldades, uma vez que faz parte das políticas governamentais o transporte dos alunos da zona rural para a zona urbana, alegando a não viabilidade da manutenção de escolas localizadas distantes da cidade. No entanto, tal política, proporciona o fechamento de muitas escolas e as que resistem sofre com salas Multisseriadas, falta de professores e alunos, que muitas vezes preferem estudar na cidade por acreditar encontrar uma escola com condições de oferecer um ensino de melhor qualidade. No entanto, a escola da cidade não está adequada para compreender a realidade dos povos do campo, oportunizando ao aluno situação de negação de sua cultura e de sua identidade campesina. Após a realização dos cursos de formação para os professores e a comunidade escolar e extra escola, pretendemos construir juntos um Projeto Pedagógico Curricular (PPC), que atenda as necessidades das escolas do campo. O projeto de extensão será desenvolvido em uma escola do campo, do município de Bananeiras e com os docentes que trabalham nas escolas do campo do município de Solânea. Durante o desenvolvimento do projeto organizaremos cursos de formação continuada para professores e representantes das comunidades (150 participantes). (RODRIGUES, 2012, p. 1).

Quando partimos para os questionamentos acerca do transporte escolar, verificamos que, entre o assentamento e as unidades escolares do campo, não são ofertados nenhum tipo de transporte que, de acordo com o secretário de Educação do município, os transportes são oferecidos apenas para os alunos que se deslocam para as áreas urbanas de Solânea e Bananeiras.

Com relação aos materiais didáticos representados por bons livros, guias práticos de melhoramento de alimentos, materiais para a prática do artesanato e a inclusão digital que como sabemos é atualmente uma das maiores fontes de pesquisa e cuja pretensão específica é de atender a diversidade para a vida no campo como, por exemplo, práticas de construção e manutenção da horta orgânica, orientações quanto à agricultura familiar, fontes alternativas de obtenção de renda mediante a produtividade de alimentos tanto de origem vegetal quanto de origem animal, captação e preservação de água própria para o consumo e valorização da terra de forma geral, constatamos na prática a grande deficiência vivenciada pelas escolas do campo.

Deparamo-nos nas três unidades escolares do campo que atende ao assentamento São Francisco III com bibliotecas totalmente desestruturadas e inadequadas para o processo

prático pedagógico escolar. Com uma estrutura física precária, os livros ficam esquecidos em salas desativadas, o que poderíamos chamar de depósito ou em um local reservado na direção.



Figura: 16 e 17 – Materiais didáticos nas escolas do campo que atendem ao assentamento São Francisco III. (Escolas Francisco Pedro da Silva e Santiago Chianca), Solânea/PB.

Fonte: Otaciana Romão, dezembro de 2013.

Recursos lúdicos que deveriam ser aplicados nas práticas educativas com o propósito de facilitar a aprendizagem são descartados e esquecidos em meio aos livros e objetos utilizados na manutenção das atividades diárias da escola. É o que podemos visualizar anteriormente na (Figuras 16 e 17).

Quando buscamos informações sobre a elaboração do calendário escolar, verificamos junto a SME de Solânea de acordo com os esclarecimentos feitos pela coordenação de educação do campo, que não existem prioridades na construção de um calendário especial para as escolas de modo a respeitar o ciclo agrícola da região tomando-se por base os produtos cultivados pelas famílias do assentamento São Francisco III, visando evitar a evasão escolar e o comprometimento do processo de ensino-aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

Mediante as pesquisas realizadas nas escolas do campo, em específico as que atendem as populações do assentamento São Francisco III e tendo como ponto de estudo as práticas pedagógicas desenvolvidas nessas unidades escolares analisaram as formas de adequação histórica e pedagógica entre os conteúdos ministrados pelos professores e a diversidade que caracteriza a vida no campo. Consideramos como relevantes a atuação do MST, do INCRA e dos órgãos públicos responsáveis pela concretização da educação do campo em seus aspectos gerais.

Verificamos a ação de alguns fatores que, direta ou indiretamente, interferem no bom desenvolvimento das práticas pedagógicas, entre os quais destacamos: problemas na infraestrutura das unidades escolares; localização inadequada das escolas em relação ao assentamento; formação dos professores; apoio didático e deficiência na metodologia, seleção e planejamento dos conteúdos; elaboração diferenciada do calendário escolar de forma a priorizar a vida no campo e oferta reduzida dos níveis de ensino proposto pelas escolas do campo. Tais fatores proporcionam um distanciamento considerável entre a contextualização das práticas pedagógicas e a realidade das comunidades situadas nos espaços rurais, sobretudo do assentamento São Francisco III.

Enfim, no que se refere à reciprocidade que relaciona o sujeito e as práticas pedagógicas no sentido de atender as necessidades do cotidiano para a vida no campo, constatamos que tais práticas distanciam-se consideravelmente do que se impõe nas bases legais da educação. No entanto, diante de tantas dificuldades, os professores estão constantemente buscando práticas inovadoras e conteúdos diferenciados visando a atender a diversidade da vida nos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. Secretaria do Meio Ambiente finaliza projeto com distribuição de presentes na zona rural. **Focando a Notícia**, Bananeiras – PB, 16 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.focandoanoticia.com.br>>. Acesso em: 15/03/2014 às 16h15min.

ANTONIO, C. A.; LUCINI M. Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.27, n. 72, p. 184, maio/ago. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06/04/2014 às 22h11min.

BRASIL, Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Publicado no Diário Oficial da União 5/11/2010.

BRASIL, Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Publicado no Diário Oficial da União 5/11/2010.

BRASIL. Lei Nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial da União no dia 23/12/1996.

CALDART, R. S et al. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção por Uma Educação do Campo, nº. 4, 2002.

MOREIRA, E. Por um pedaço de chão. **Município de Bananeiras**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, p. 558 – 567.

NASCIMENTO, C. G. Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento. Goiânia: **Fragments de Cultura/UCG-IFITEG**, v.12 nº.3, maio/junho, 2002, 185-191.

NUNES, S. R. de B.; SOBRINHO, C. I. **A busca pela identidade dos sujeitos do campo: A realidade das classes Multisseriadas**. Belém: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará – IFPA. 2011, p. 7-8.

PILETTI, C. Didática geral. **Como Ensinar?** . 23ª ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 118.

RODRIGUES, A. C. da S. **Educação como promotora da identidade do homem do campo e do desenvolvimento rural**. Bananeiras: Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2012, p.11 Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br>>. Acesso em: 20/03/2014 às 21h08min.

SILVA, P. M. S et al. **Espaço agrário e agricultura familiar do município de Solânea – PB**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 2008, p.9

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In: RASIA, A. et al. (Org.). **Coletânea de textos didáticos 2**: Curso de especialização em fundamentos da educação – práticas pedagógicas interdisciplinares. UEPB, 2012, p. 55-56.

APÊNDICES

APÊNDICES A - Informações Pessoais e de Formação dos Professores

1. Você sabe o que é educação do campo?
2. Quais são os princípios da educação do campo?
3. Qual a sua formação
4. Você fez algum curso de capacitação sobre educação do campo? Quem promoveu? O que ensina? O que acha do ensino no campo?
5. Você reside no campo ou na cidade?

Informações pedagógicas

6. Qual a base de planejamento das aulas?
 A proposta da escola
 Os Parâmetros Curriculares Nacionais estruturados para a educação do campo
 Nos aspectos da realidade da comunidade do assentamento
7. Os conteúdos escolares são ministrados de acordo com:
 Os aspectos da comunidade e da realidade local
 Apenas no livro didático
 Os PCNs com orientações da educação do campo
 Outros
8. Os conteúdos abordados buscam compreender a realidade dos alunos do campo?
SIM () NÃO () EM PARTE ()
9. Você enfrenta conflitos em organizar um conteúdo independente das orientações oficiais do município ou seguir os documentos e livros didáticos de sua escolha?
SIM () NÃO ()

10. Qual a sua metodologia de ensino?

() aulas expositivas

() leituras

() debates contextualizados nos ambientes rurais

() trabalhos em grupos

() rodas de conversa

() trabalhos de campo

() pesquisas

() leituras partilhadas

() desenhos

() ilustrações

11. Na escola há desenvolvimento de projetos voltados para a educação do campo?

SIM () NÃO ()

APÊNDICES B - Informações Gerais da Educação do Campo no Município de Solânea

1. Existem escolas do campo situadas internamente aos assentamentos?
SIM () NÃO ()
2. Quais são as escolas que estão situadas internamente aos assentamentos?
3. Caso não existam escolas internamente aos assentamentos, quais atendem as necessidades dos sujeitos situados no campo?
4. As escolas do campo têm seus projetos políticos pedagógicos elaborados para a educação do campo na forma estabelecida pelo conselho nacional de educação (CNE)?
SIM () NÃO ()
5. São ofertados cursos de formação inicial e continuada sobre educação do campo para os profissionais da educação?
SIM () NÃO ()
6. É garantido uma infraestrutura e transporte escolar para a escola que está no campo?
SIM () NÃO ()
7. Os materiais didáticos atendem a realidade local e a diversidade local das populações do campo?
SIM () NÃO ()
8. Quais os materiais presentes nas escolas?
() livros didáticos () equipamentos () laboratórios () biblioteca
9. Quais os níveis de ensino oferecidos pelas escolas do campo?
() fundamental () médio () EJA
10. No projeto pedagógico, são incluídas adequações do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas?
SIM () NÃO ()